

## **PATRIMÔNIO CULTURAL DA ESCOLA: TERMOS E ABORDAGENS DE UM CAMPO EM EXPANSÃO**

### **SCHOOL'S CULTURAL HERITAGE: TERMS AND APPROACHES OF A FIELD IN EXPANSION**

FERRARI, Cibele Dalina Piva  
cibelpiva@gmail.com

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

CARMINATI, Celso João  
cibelpiva@gmail.com

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

**RESUMO** O interesse pelo patrimônio cultural da educação está inserido num regime de historicidade caracterizado como presentismo e nas novas perspectivas sobre a cultura escolar e a materialidade como artefatos que auxiliam na compreensão da educação e do ensino na contemporaneidade. O presente artigo pretende discutir como o conceito de patrimônio tem sido abordado na última década no campo da história da educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa de estado da arte com o objetivo de identificar os termos utilizados e o referencial teórico empregado no campo da história da educação quando se trata do patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização. As reflexões teóricas encontradas nos trabalhos apontam para a utilização do termo patrimônio escolar como alinhado às discussões recentes do campo do patrimônio cultural.

**Palavras-chave:** História da Educação. Patrimônio Cultural Escolar. Patrimônio Educativo.

**ABSTRACT** The interest in the educational cultural heritage is set in a historicity regime characterized as presentism and in the new perspectives on scholar culture and materiality as artifacts that aid in the understanding of education and teaching in contemporary times. This article discusses how the concept of heritage has been approached in the last decade in the history of education field. For this, a state of the art research in order to identify the terms used and the theoretical framework employed in the field of history of education when it comes to cultural heritage linked to the schooling process was carried out. The theoretical reflections found in the works point to the use of the term as school property line with the recent discussions of the cultural heritage field.

**Keywords:** History of Education. Scholar Cultural Heritage. Educational Heritage.

## 1 O CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A escola é um lugar de produção de cultura, que se objetiva nas práticas que se operacionalizam nos processos formativos. Essas ações se materializam nos espaços, objetos e outros documentos que são parte do patrimônio cultural da escola. Patrimônio este que está relacionado a modos de sociabilidade vividos nas instituições da formação básica, que emerge de uma cultura compartilhada, passando a ser patrimônio comum. Por esse motivo Escolano Benito (2012) considera que se deve proteger esse bem comum que ele denomina como patrimônio educativo, uma vez que está relacionado à base da nossa formação e da nossa identidade social, bem como por ser um objeto estratégico por valorizar bens que em outro tempo foram subestimados e que agora apresentam novas possibilidades. Os vestígios materiais da escolarização são indícios visíveis do passado da educação, são o testemunho da experiência, indiciadores de práticas e elementos identitários da memória da escolarização.

Recuperar e problematizar esse patrimônio são, para Escolano Benito (2012), exercícios de preservação de uma tradição socialmente relevante. O mesmo autor destaca que o patrimônio material, como registro empírico das práticas culturais de determinado período, pode criar uma nova intelectualidade coletiva de caráter emancipatório e crítico, para tornar reflexivamente compreensível a história e orientar a prática dos indivíduos. O patrimônio educativo é, então, um reservatório para ilustrar às novas gerações o conhecimento dos modelos pedagógicos que informam sobre as práticas de ensino no passado, auxiliando a compreender que toda educação é histórica e atual, sustentada em avanços tecnológicos que com o peso dos anos passam a ser referência de um passado a ser lembrado.

O patrimônio cultural pode ser considerado como o resultado de escolhas das práticas culturais, representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade, que merecem ser preservadas. O estudo do patrimônio cultural relacionado à educação pode abranger, assim, tanto a produção material quanto imaterial da escola como meio para compreender a história e auxiliar nos processos de reflexão da história no presente. Entretanto, o que mais se destaca no campo da história da educação são os estudos sobre a materialidade associada à educação.

A produção acadêmica sobre a história da educação a partir da sua materialidade é algo que, segundo Zita Possamai, tem crescido nos últimos anos e ampliado “consideravelmente as possibilidades de compreensão dos processos educativos na sociedade brasileira” (POSSAMAI, 2012, p. 116). A edificação escolar é considerada o bem de maior vulto e, a partir dela, é possível discutir sobre as apropriações sociais diversas no presente, o que pode motivar a sua preservação (POSSAMAI, 2012). O patrimônio cultural escolar que pode ser estudado dentro da história da educação é uma construção histórica e social, não apenas um conjunto de bens culturais naturalizados como sendo patrimônio de uma coletividade (POSSAMAI, 2012). Zita Possamai indica que, à história da educação, cabe “propor problemáticas a esses bens culturais na perspectiva do conhecimento histórico” (2012, p. 117). Buscando, assim, as relações sociais que construíram a educação por meio das edificações.

Ao estudar o patrimônio da educação, considerando-o produto e vetor das relações sociais, é possível que ele receba novos usos e significados dentro do contexto em que está inserido (POSSAMAI, 2012). Buscando, assim, “melhor compreendê-lo, retirando-o da naturalização, percebendo sua historicidade e seus múltiplos caminhos de apropriação social.” (POSSAMAI, 2012, p. 119). E é assim que esses bens, ao serem estudados e analisados, poderão alcançar relevância social na contemporaneidade. Para Escolano Benito (2012), essas discussões conservam chaves e significados que estão no núcleo duro da cultura escolar, sua identidade e sua tradição, que são resultados da sua história. Assim, justificam-se os esforços por buscar, registrar, custodiar e interpretar essa materialidade real e simbólica que é resultado de processos ocorridos na história da educação e das ações e apropriações dos agentes envolvidos.

Escolano Benito (2012) aponta que essa salvaguarda não se ancora em um gesto conservador, e sim porque os bens materiais e imateriais que formam o patrimônio educativo transmitem significados e possibilitam construir solidariedade entre as gerações. Para esse autor, o conhecimento desse patrimônio possibilitaria uma melhor compreensão da contemporaneidade e também de respeito ao passado, bem como de uma melhor compreensão das culturas institucionais e de como as inovações tecnológicas poderiam ter mais possibilidades de sucesso.

Para compreender os conceitos e denominações empregados no estudo do patrimônio cultural da escola, é necessário estabelecer as bases que norteiam a compreensão do campo do patrimônio cultural na contemporaneidade, o que será discutido a seguir. Na sequência o presente artigo discute os resultados obtidos com o levantamento do estado da arte realizado com vistas a compreender quais os termos utilizados e o referencial teórico empregado nessas diferentes denominações que circulam no campo da história da educação quando se trata do patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização.

## **2 PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCUSSÕES DE UM CAMPO A SEREM APROPRIADAS**

Um patrimônio cultural é constituído a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, permitindo o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008). A atribuição de valores e os processos de escolha dos bens a serem considerados como referências estão envoltos em disputas sociais relacionadas à designação de um passado digno de ser lembrado e de uma identidade a ser preservada e difundida em detrimento de outras que deveriam ser esquecidas. Por meio do estudo desses bens e do contexto histórico-social em que estão inseridos, é possível compreender como se constituem como patrimônio cultural. Estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade (ABREU; CHAGAS, 2009).

O patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, sendo que os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008). O patrimônio imaterial refere-se à produção simbólica de uma determinada sociedade, inclui “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas” que são reconhecidas como tal, aos modos de fazer (UNESCO, 2006, p. 04). No campo do patrimônio, conflitam diversos interesses: o patrimônio edificado, as práticas culturais, entre outros, que são aspectos que demandam interesses de valorização e preservação, influenciando diretamente no cotidiano dos indivíduos, conforme Sandra Pellegrini (2009, p. 23):

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade.

Para Françoise Choay, o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo o patrimônio a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo (CHOAY, 2006). Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas de quem tem o poder de optar por qual é a memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é, de fato, complexo, e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam. O conceito é dinâmico, está em constante processo de elaboração e, segundo o historiador francês Le Goff (1990), o registro e a decisão pela preservação são tanto produto quanto testemunho de um determinado contexto e das situações de poder que envolvem as escolhas.

O patrimônio também é considerado como suporte da memória, capaz de produzir identidades determinadas a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço (SALVADORI, 2008). Nesse sentido, é grande a importância que o patrimônio e as memórias têm para a formação da identidade, pois os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão” (PELEGRINI, 2009, p. 23).

Para Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades. O autor considera que está sendo vivenciada uma onda patrimonial que revela uma multiplicidade de memórias que se quer preservar, que fundamentam os processos identitários e de representações sociais (e por eles são influenciados). Essa multiplicidade de memórias e identidades é apontada como resultado da configuração atual da sociedade contemporânea. A contemporaneidade está marcada por um movimento intenso de preservação das memórias, fruto de uma profunda alteração na relação dos indivíduos com o tempo. Hartog (2006) aponta que essa nova forma de se

relacionar com o tempo denota outro regime de historicidade, o presentismo. É o presente encolhido, marcado pela mudança na relação com o tempo, de sedução pela memória. Trata-se de uma nova relação com o passado, um passado muitas vezes imaginado, mas que se torna presente na ânsia de encontrar alguma segurança na descrença no futuro e no contexto de “sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentimentos estão preparados para lidar” (HUYSEN, 2000, p. 32).

Nessa relação com o tempo e com o passado presente, necessitamos da:

memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e de espaço (HUYSEN, 2000, p. 28).

A contemporaneidade tem sido, então, marcada pelo presentismo e a consequente onda de patrimonialização, sintoma do novo regime de historicidade que vivenciamos, caracterizado por uma obsessão pela memória. Para Gonçalves (2008), compreender a forma como os indivíduos se relacionam com o tempo e com o seu patrimônio é um dos impasses lançados àqueles que estudam o patrimônio cultural na contemporaneidade ou atuam na sua gestão.

O interesse pelo passado abrange também a questão da escola na memória social, sendo o patrimônio educativo um meio fundamental para analisar a historicidade das práticas escolares para narrar “o cotidiano das escolas, reconhecer concepções educacionais e geracionais de um determinado tempo e lugar e, dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 4). A materialidade da escola tem recebido novos olhares do campo acadêmico, bem como a atenção às memórias dos atores envolvidos nos processos educativos, em projetos que ultrapassam as fronteiras nacionais (MOGARRO, 2013). A musealização da educação tem como objetivo a preservação desse patrimônio educativo e da cultura escolar, e tem segmentos em diversos países, principalmente nos europeus, por meio do estudo das realidades nacionais que configuraram os sistemas educativos (MOGARRO, 2013).

Cunha e Chaloba apontam que a produção acadêmica tem importante função na preservação do patrimônio educativo, em contraposição à ausência de políticas públicas voltadas para a salvaguarda dele, tendo em vista os vínculos da “memória

educacional com a memória social constituindo, ambas, como direitos inalienáveis da cidadania” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 5). O patrimônio cultural está intimamente ligado à qualidade de vida, às condições dignas para que o indivíduo se constitua como cidadão. O acesso à memória possibilita que ele construa e reconstrua sua identidade. A identidade local, ainda, exerce grande influência nos processos relacionados à constituição do cidadão. É no local em que se vive que se atua mais diretamente e é a partir dos laços estabelecidos com este local que se sente parte dele. A materialidade da educação contribui nos processos de construção das identidades com esses artefatos e produções simbólicas que marcaram a vida das pessoas (MOGARRO, 2013). O acesso ao patrimônio cultural e à memória ali representada, seja ela relacionada à materialidade ou às práticas, tradições e especificidades de uma comunidade, tecem no indivíduo a noção de cidadão participante desse espaço.

Mogarro (2013) considera que o patrimônio educativo, a história e as memórias das quais são suportes, comungam das propostas de renovação social, atribuindo grande significado aos discursos dos atores educativos, às práticas educativas e aos processos de ensino e aprendizagem. Os artefatos, bens culturais e produções simbólicas resultantes desses processos possibilitam que sejam abordados os sistemas e as realidades escolares. O interesse pelo patrimônio cultural da educação está inserido num regime de historicidade caracterizado como presentismo e nas novas perspectivas decorrentes disso sobre a cultura escolar e a materialidade como artefatos que auxiliam na compreensão da educação e do ensino na contemporaneidade, bem como consequência do desejo pela memória como forma de lidar com o presente e como uma primeira aproximação ao passado, pela via das lembranças.

O estudo do patrimônio escolar atende à necessidade de compreensão histórica do ensino com vistas a entender a escola na contemporaneidade, bem como de discussão da produção cultural material e imaterial e quais os seus significados atuais. Os documentos, bens e artefatos resultantes dos processos de escolarização são indiciadores de um saber-fazer da cultura escolar, que pode ser pensada como um patrimônio cultural imaterial. Considerando que a análise da cultura escolar auxilia a identificar os modos de pensar e agir difundidos em nossa sociedade por meio dos processos formais de escolarização, esses modos de pensar e agir podem ser

percebidos como patrimônio imaterial. Verifica-se que diversos são os termos empregados para abordar a produção cultural material e imaterial da educação a partir do conceito de patrimônio. Por esse motivo, acredita-se ser necessário discutir como o conceito de patrimônio cultural relativo aos processos de escolarização tem sido abordado na última década no campo da história da educação, o que será apresentado no item a seguir.

### **3 O PATRIMÔNIO CULTURAL DA ESCOLARIZAÇÃO: TERMOS E ABORDAGENS**

O levantamento realizado teve por objetivo identificar como o conceito de patrimônio cultural escolar tem sido abordado na última década no campo da história da educação. Para isso, foi realizada uma pesquisa de estado da arte com os descritores patrimônio cultural escolar, patrimônio escolar e patrimônio educativo no período do recorte proposto em bases de dados regionais e nacionais com vistas a localizar trabalhos no campo da história da educação. O objetivo do levantamento foi de identificar os termos utilizados e o referencial teórico empregado nessas diferentes denominações que circulam no campo da história da educação quando se trata do patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização.

Com a função de inventariar e descrever a produção acadêmica, o estudo do estado da arte possibilita identificar e analisar o conhecimento que foi produzido a respeito do tema de pesquisa, bem como as abordagens e os aportes teóricos das pesquisas identificadas (FERREIRA, 2002). Após a delimitação do tema, determinaram-se as palavras-chave escolhidas para serem empregadas na busca por serem as mais recorrentes observadas na sondagem de campo. Foram pesquisados livros, teses, dissertações e artigos relacionados aos descritores selecionados para a busca, de forma mais específica trabalhos que abordassem não apenas o emprego, mas também a relação teórica com o conceito.

Os bancos escolhidos para essa busca foram: a Biblioteca Central da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD, o Banco de Teses da Capes, a Revista Linhas do Programa de Pós Graduação em Educação da Udesc e a biblioteca eletrônica SciELO. A escolha por pesquisar nas bibliotecas da Udesc e da UFSC, bem como da Revista Linhas,

está relacionada com a busca pela produção regional a respeito. Os outros três bancos, nacionais, foram escolhidos tendo em vista a referência que são para a produção acadêmico-científica no país. A busca foi feita nos sítios eletrônicos de cada um desses bancos com as palavras-chave, com especificidades que variavam conforme a programação de cada sistema de busca.

Não foram encontrados trabalhos em todos os bancos pesquisados. Além disso, foram percebidas duas dificuldades: apesar dos descritores diferentes alguns trabalhos se repetiam, e diversos trabalhos relacionados a esses descritores não apresentavam discussões sobre eles e alguns sequer os mencionavam, o que se acredita acontecer em função provavelmente da catalogação do sistema. De todo modo, serão apresentados neste artigo os trabalhos relacionados com o objetivo proposto inicialmente pela pesquisa – de investigar o emprego dos termos e o referencial teórico de trabalhos relacionados ao patrimônio escolar.

A Revista Linhas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Udesc respondeu pela maior quantidade de trabalhos encontrados, isso porque a linha de História e Historiografia tem desenvolvido diversos trabalhos na perspectiva da cultura material da escola a partir do estudo da cultura escolar, dos objetos escolares e das instituições escolares. Além disso, os pesquisadores envolvidos têm estabelecido contatos com outros pesquisadores do campo e desenvolvido produções frutíferas relacionadas ao patrimônio cultural da escola. Nessa revista, foram selecionados cinco trabalhos, sendo três artigos, uma entrevista e a apresentação de um dossiê sobre arquivos escolares.

O artigo *Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate*, de autoria de Rosa Fátima de Souza Chaloba foi publicado na Revista Linhas no primeiro semestre de 2013. De todos os trabalhos abordados nesse artigo, esse é o único que aprofunda a discussão e apresenta indícios e referências para compreender o patrimônio cultural dentro do campo da história da educação, ao tratar dos desafios da preservação do patrimônio escolar no Brasil e sua relação com o desenvolvimento do patrimônio educativo no país. Inicialmente a autora discorre sobre a configuração do campo do patrimônio cultural no Brasil, as tensões e os principais temas. A partir disso, alerta que inserir o patrimônio escolar nos debates do campo do patrimônio cultural é “um desafio a ser enfrentado e uma necessidade urgente” (SOUZA, 2013, p. 204). Aponta que este é um tema emergente na história da educação, em

decorrência da renovação do campo, resultando “em uma multiplicidade de práticas de conservação, inventário e estudo da cultura material” (SOUZA, 2013, p. 204). A autora destaca, nesse contexto, as pesquisas em culturas escolares e a busca dos pesquisadores nos arquivos escolares e os processos de organização e preservação que se desencadearam em função disso. Surgindo, assim, centros de memória e referência na produção acadêmica sobre a história da educação, bem como o desenvolvimento e a dinamização do campo.

Um questionamento levantado por Souza (2013) nesse artigo é de ordem epistemológica e é uma das motivações do presente estudo: a que se refere a utilização do termo patrimônio escolar? Foi essa questão que instigou compreender quais são os termos utilizados e de que forma o são. A utilização do termo por Souza acompanha as tendências já consolidadas no campo do patrimônio cultural, que, a partir da ampliação de sua noção, percebe a diversidade de bens tangíveis e intangíveis relacionados à escola, considerando seus edifícios, acervo documental, museológico, bibliográfico e também modos de fazer e praticar o ensino (SOUZA, 2013). A autora aponta que o emprego de outros termos, como patrimônio histórico-educativo e patrimônio educativo, não são questões apenas semânticas, mas se referem “à concepção do que seja o patrimônio relativo à educação e às práticas de conservação” (SOUZA, 2013, p. 211).

Para além da importância da salvaguarda dos arquivos como fontes para a história da educação, Souza (2013) aponta que as justificativas para a preservação do patrimônio escolar também se referem à importância de conservação da memória da escola. Entretanto, a autora considera que a conservação desse patrimônio deve servir às escolas e à comunidade em que está inserido, para reconhecimento dos seus significados e memórias, mas principalmente como “ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente” (SOUZA, 2013, p. 213). A autora destaca que há a necessidade de coordenar as ações dos pesquisadores de patrimônio escolar e vencer as barreiras institucionais e geográficas que inviabilizam trabalhos coletivos. Ao finalizar o mapeamento, a autora propõe que se organizem e fortaleçam “redes de cooperação e sociedades científicas integradas aos fóruns de historiadores da educação” (SOUZA, 2013, p. 214). Em um segundo momento do artigo, Souza discute aspectos

relacionados ao patrimônio na contemporaneidade e que reverberam nos estudos sobre o patrimônio escolar, entre eles a questão da memória.

A apresentação do dossiê sobre arquivos acervos escolar, publicado no primeiro semestre de 2014, é de autoria de Maria Teresa Santos Cunha e Rosa Fátima de Souza Chaloba e, além de descrever os artigos que o compõem, discorre sobre os arquivos escolares serem uma forma de responder às inquietações dos pesquisadores da História da Educação. O termo empregado é o de patrimônio educativo e, na descrição dos artigos, o termo varia conforme o emprego dos autores que estão referenciando, especificamente, os termos patrimônio cultural escolar e patrimônio educacional. As autoras apontam que a necessidade, e até mesmo um certo furor, em preservar o patrimônio histórico educativo de que esses arquivos são portadores remete a uma cultura da memória, como abordado anteriormente no presente artigo, pois são “depositários de coisas relevantes do passado formativo comum de algumas gerações e de sua relação com o mundo e com a escola” (CUNHA; CHALоба, 2014, p. 8). Esses artigos apresentam visões diferentes, mas que convergem na compreensão de aspectos da História da Educação a partir da atenção aos rastros presentes nos arquivos.

É das duas professoras acima citadas a entrevista realizada com a professora Maria Cristina Menezes e que faz parte do dossiê sobre arquivos e acervos escolares, publicado recentemente. Na entrevista, Maria Cristina Menezes discorre sobre sua atuação na preservação do patrimônio escolar relativo aos arquivos e sobre a potencialidade deles nos estudos do campo da história da educação. A entrevistada assinala que a atenção aos arquivos é fruto de uma virada na história da educação, que colocou as instituições escolares e seus acervos na pauta dos estudos em História da Educação. Menezes, nessa entrevista, aponta também para perspectivas relativas a esse subcampo num contexto Iberoamericano, tendo em vista as aproximações que existem entre os pesquisadores desses países. Aponta para o fortalecimento da história da educação no Brasil nas últimas décadas, para o destaque à produção sobre culturas escolares das instituições e para o que articula o contexto nacional à demanda de preservação dos arquivos escolares. A atuação dos pesquisadores na atenção e preservação dos arquivos escolares possibilitou que não apenas os estudos de culturas escolares ganhassem maior fôlego, como também destacou as pesquisas relacionadas aos acervos e patrimônios escolares encontrados nesses arquivos. Essa

entrevista é uma importante forma de conhecer a respeito das pesquisas sobre arquivos e acervos escolares no campo da história da educação e apresenta a utilização do termo patrimônio histórico educativo pela entrevistada e patrimônio escolar pelas entrevistadoras, mas não são apontadas referências dessa utilização.

Outro artigo que compõe esse dossiê é de autoria de María Cristina Linares e intitula-se *El patrimonio intangible en el Museo de las Escuelas*. No artigo, Linares (2014) defende que, ao se entender a escola como instituição que gera uma cultura específica, os museus sobre a história da educação formam um corpus de educação patrimonial intangível ou imaterial. Aponta que os museus escolares fazem parte de um modelo de formação contínua inserido no contexto de uma instituição de ensino, num processo criativo de avaliação constante de si, que intervém na memória coletiva e que interage com a história dos seus visitantes (LINARES, 2014). A autora discute o conceito de patrimônio cultural e o processo de musealização de bens escolhidos e com legitimação e significação em um determinado tempo histórico.

Linares (2014) destaca que a escola é produtora de uma cultura específica e que pode ser considerada como objeto histórico, sendo os museus espaços para conhecimento e estudo tanto da materialidade quanto da imaterialidade da história da educação. Com a utilização do termo patrimônio educativo imaterial, apoiada nas definições da Unesco, Linares (2014) propõe que se perceba o conjunto de processos relacionados às práticas educativas ao longo da história, especificados em relatos e tradições e transmitidos oralmente ou por gestos. A autora defende que os museus contemplem a imaterialidade da história da educação que pode ser enunciada a partir de sua própria materialidade, uma vez que as práticas não estão descoladas dos objetos e vice-versa. A criação de um arquivo do patrimônio imaterial da escola, para a autora, pode contribuir para a construção da história da educação que contemple outras vozes, memórias de excluídos, marginalizados e culturas minoritárias. Ancorada em Pollack (apud LINARES, 2014), aponta que os museus são atores envolvidos na construção das memórias, especialmente onde há conflitos entre as memórias, e que a imaterialidade aponta para uma complexidade de olhar para a história da educação, enriquecendo os usos e os significados que os indivíduos estabeleceram com a materialidade (LINARES, 2014).

Outro artigo da Revista Linhas que compõe o dossiê em questão é de autoria de Maria Helena Camara Bastos e Alice Rigoni Jacques, intitulado *Liturgia da memória*

*escolar – Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002)*. Nesse artigo as autoras abordam a importância das instituições escolares na construção das memórias, sendo testemunhos para a construção da história da educação e para os processos identitários dos alunos e professores (BASTOS; JACQUES, 2014). Para tratar da organização de espaços museológicos relacionados à história da educação, as autoras empregam o termo patrimônio histórico-educativo e apontam que este é “fundamental para a análise de historicidade de práticas escolares, através de distintos dispositivos que nos permitem narrar o cotidiano das escolas, revelar concepções educacionais e geracionais de determinado tempo e lugar” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49). O estudo apresentado pelas autoras refere-se ao acervo do Colégio Farroupilha em Porto Alegre/RS, o memorial do Deutscher Hilfsverein que foi criado em 2002. Esse memorial é um espaço museológico que abrange as atividades pedagógicas e de pesquisa, possibilitando o estudo da instituição mantenedora do colégio e que as autoras consideram que se configura como “um patrimônio cultural escolar exemplar e emblemático da história da educação” local (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49). As autoras também empregam os termos patrimônio cultural educativo e patrimônio material das escolas.

O único livro encontrado no levantamento é o livro *Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar*, fruto de um trabalho coletivo de pesquisadoras ligadas à Universidade do Estado de Santa Catarina, publicado no ano de 2012 pela Editora Insular. O livro reúne produções elaboradas em diferentes níveis de formação, em grande parte relacionadas à pesquisa “Objetos da escola: cultura material da escola graduada (1870-1950)”, desenvolvida com apoio da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc, Capes, CPNq e Fapesc. As organizadoras são Vera Lúcia Gaspar da Silva e Marília Gabriela Petry, o livro conta com a participação de outras onze pesquisadoras. Por meio de artigos que apresentam a cultura material da escola como pistas para entender a história da educação, pesquisando os caminhos percorridos pelos objetos e remontando a história destes, as pesquisadoras destacam as possibilidades de acessar, descobrir por meio da cultura material, as relações sociais e os modos de produção da escola e da sociedade em que está inserida. A cultura material da escola é, portanto, uma forma de desvendar a cultura escolar produzida e é encarada como um patrimônio escolar.

No banco de teses da Capes foram encontrados trabalhos relacionados ao campo da educação e do patrimônio, uma tese e uma dissertação. A tese intitulada *Educação Matemática e Educação Ambiental: Uma Abordagem Sobre o Tema 'Depredação do Patrimônio Escolar' em uma Instituição de Ensino Público de Bauru – SP*, de autoria de Regina Helena Munhoz, foi defendida no programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Universidade Estadual Paulista no ano de 2008. A tese não discute dentro do campo da história da educação o conceito de patrimônio cultural, mas aponta para uma reflexão sobre o bem comum: a sensibilização da comunidade escolar com o seu patrimônio não é algo referente somente a uma perspectiva de passado. A autora discute as potencialidades de um projeto temático para as relações de ensino-aprendizagem de professores e alunos em uma escola de ensino público. Esse projeto referia-se ao tema Depredação Escolar e os resultados apontaram não apenas para um aumento do conhecimento dos temas específicos, como também para uma melhor relação entre os indivíduos envolvidos e o sentimento de comprometimento e conhecimento do ambiente em que convivem diariamente (MUNHOZ, 2008). Isso demonstra que o conhecimento sobre a realidade em que se está inserido potencializa os processos de identificação e pertencimento, o que influencia na preservação desse patrimônio.

A dissertação de Rosângela Cristina Gonçalves foi defendida em 2011 na Universidade Estadual de Campinas na Faculdade de Educação sob o título *EE. Dr. Tomás Alves – Histórias e Memórias*. Com uma variedade de fontes encontradas no arquivo da instituição que ela caracteriza como devidamente organizado, a autora aborda a trajetória histórica da escola desde sua criação em 1918 até 2005, destacando sua importância local (GONÇALVES, 2011). Demonstra, ainda, nesse trabalho a importância da preservação dos arquivos escolares como fontes para a história da educação e como suportes da memória da educação. O trabalho é sustentado teoricamente a partir da relação da memória com a história a partir de Halbwachs, Nora e Pollack (apud GONÇALVES, 2011), e destaca que, a partir da década de 1990, crescem os programas em universidades e instituições voltados para a memória e o patrimônio escolar visando a sua preservação. O termo empregado é patrimônio escolar e, em alguns momentos, a autora denomina como patrimônio público escolar, pois se referia a uma escola pública. Percebe-se que a autora – ao empregar o termo patrimônio escolar – está defendendo especificamente a

preservação dos documentos e artefatos encontrados nas instituições escolares e que dão indícios dos processos, práticas e relações ali desenvolvidos. A autora destaca em suas considerações que a Nova História encontrou no patrimônio material escolar “uma grande fonte de pesquisa e não mais como parte do acervo morto da escola” (GONÇALVES, 2011, p. 104).

No decorrer da pesquisa, buscando referências de como a temática é abordada em outros países, identificou-se que na Espanha também estão sendo desenvolvidos trabalhos discutindo a imaterialidade que está presente nos patrimônios escolares. Um destaque é o artigo de Cristina Yanes Cabrera (2007), segundo o qual a experiência em museus escolares transcende a materialidade, abrangendo também questões como a transmissão de uma cultura educacional imaterial por meio dos objetos, testemunhos e documentos ali expostos. Por meio da preservação e difusão da materialidade de outros tempos educacionais, as novas gerações podem apreender e ter contato com valores vigentes no contexto educacional relativo ao objeto. Além disso, Cabrera (2007) considera que o contato com o patrimônio da educação possibilita que os indivíduos compreendam a importância e a necessidade de preservá-lo, material e imaterial, essenciais para a construção da memória social. Além da reflexão sobre os processos educacionais passados, o contato com o patrimônio educativo permite também que os indivíduos se percebam como atores nos contextos educacionais em que estão inseridos, passando a atuar sobre a preservação e a salvaguarda desses contextos como forma de entenderem a si próprios e à sua realidade (CABRERA, 2007).

Patrimônio educativo é o termo utilizado em países como Espanha e Portugal, onde as discussões estão acontecendo também e de forma relacionada com a produção acadêmica no Brasil. Fruto dessa relação foi o Simpósio Iberoamericano História, Educação, Patrimônio Educativo cuja quarta edição ocorreu no ano de 2015, em São Paulo. O primeiro foi realizado em 2012 na Unicamp, o segundo em Buenos Aires em 2013 e, em 2014, foi realizado no México. Esses eventos têm buscado fortalecer o campo e debater políticas de preservação, usos e significados do patrimônio escolar, o campo de pesquisa, entre outras questões.

O pesquisador espanhol Viñao também emprega o termo patrimônio educativo e, em um dos seus trabalhos mais recentes, o autor aborda questões relacionadas à cultura da memória e às relações entre história e memória, nesse contexto aponta

para o alargamento da noção de patrimônio e as disputas de memória que existem em torno dele (VIÑAO, 2011). Vinão considera que o patrimônio educativo tem recebido atenção especial por estar inserido nos fenômenos do presente relacionados ao consumo de memória, que ele aponta como furor comemorativo e de musealização da contemporaneidade. O pesquisador insere, nesse contexto nostálgico, os estudos sobre a história da educação, mas destaca a necessidade de salvaguarda do patrimônio educativo como forma de o presente se relacionar com o passado, e sugere sua catalogação e preservação. As questões relacionadas ao patrimônio cultural e à cultura da memória afetam diretamente o patrimônio educativo e o autor faz alertas nesse sentido, o que demonstra que para estudar o patrimônio da escola é necessário compreender as dinâmicas do campo do patrimônio cultural e seus significados para a sociedade contemporânea.

Dentro dessa mesma perspectiva estão dois periódicos que reúnem muitas publicações da área no âmbito internacional: a Revista Cabás<sup>1</sup> – Revista Digital sobre Patrimônio Histórico-Educativo e a Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo<sup>2</sup>. A primeira, editada pelo CRIEME (*Centro de Recursos, Interpretación Y Estudios de la Escuela*), emprega o termo patrimônio histórico educativo. Os trabalhos publicados na revista relacionam-se com museus escolares, arquitetura escolar, objetos escolares, memória e identidade escolar. A segunda é uma publicação ligada à Faculdade de Educação da Unicamp e as publicações dessa revista circulam em torno de arquivos escolares e documentos escritos relacionados ao que também consideram patrimônio histórico educativo. As duas revistas são exemplos de como as pesquisas brasileiras acompanham as europeias no campo da educação, com destaque para as espanholas – como já abordado anteriormente.

#### 4 CONSIDERAÇÕES

O presente artigo buscou realizar uma sondagem de como o conceito de patrimônio cultural escolar tem sido abordado na última década no campo da história

---

<sup>1</sup>Revista Cabás – Revista Digital sobre Patrimônio Histórico-Educativo: <http://revista.muesca.es/index.php>

<sup>2</sup>Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico Educativo: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/RIDPHE-R/index>

da educação. A partir do levantamento da produção acadêmica a respeito foi possível identificar os termos utilizados pelos autores e verificar o referencial teórico. Foram encontrados poucos trabalhos no campo da história da educação que empregassem conceitos relacionados ao patrimônio cultural ligado aos processos de escolarização. Em sua maioria, os trabalhos encontrados relacionam os arquivos escolares e a preservação destes como patrimônio das instituições escolares e espaços para a sua preservação e, também, como fontes para o estudo da cultura escolar. As discussões sobre a cultura escolar em geral incidem sobre a questão do patrimônio, mas, por diversas vezes, apenas tangenciam o conceito, compreendendo-o como fonte para estudar essas culturas escolares. Acredita-se que é necessário acompanhar as discussões que aprofundam o estudo do patrimônio escolar como forma de compreender os processos de escolarização e também os usos e significados desses bens na contemporaneidade em que estão inseridos.

Souza (2013) descreve a configuração do campo da história da educação e os estudos relacionados aos patrimônios escolares, apontando uma multiplicidade de iniciativas – com forte caráter regional – mas que atesta a consolidação da temática no país. A autora considera que é preciso avançar no debate político sobre a preservação desse patrimônio escolar e também na reflexão dos sentidos dessa preservação, quais os beneficiários dela e qual o papel dos historiadores da educação. A partir do levantamento realizado, percebeu-se que os diversos termos a respeito do estudo do patrimônio escolar são empregados sem o embasamento teórico e, em diversos trabalhos, coexistem variados termos.

A reflexão apresentada por Souza (2013) indica a compreensão de que o termo patrimônio escolar é o mais adequado a ser empregado. Identificou-se também que a produção específica sobre patrimônio escolar é pequena, as produções que mencionam o conceito relacionam-se mais à cultura escolar e aos arquivos e acervos escolares a partir de uma apropriação externa. Existe a clara necessidade de definição e ampliação do campo do patrimônio escolar, por meio da reflexão epistemológica a partir do campo do patrimônio cultural, para que as discussões que são empreendidas nesse campo sejam apropriadas de forma aprofundada pela história da educação.

Considera-se que é preciso endossar o debate sobre a imaterialidade do patrimônio escolar. O patrimônio cultural, tanto em seus aspectos materiais quanto imateriais, é portador de memórias, constitui uma narrativa daquilo a que são

referentes. A partir da imaterialidade da história da educação tomada a partir da cultura escolar, pode-se levantar a memória sobre a história da educação. Mas não atendendo a fins celebrativos ou preservacionistas e sim na busca da compreensão dos significados desse patrimônio imaterial no presente e quais os questionamentos que ele possibilita em relação à contemporaneidade. Bem como sobre os processos históricos que demandaram transformações nesse referencial simbólico, numa atuação mútua entre a cultura da sociedade e a cultura escolar.

Existem outras possibilidades e demandas no campo, como o estudo das instituições escolares e sua significação nas sociedades contemporâneas em que estão inseridas considerando os seus prédios. Os prédios escolares são projetados ou adaptados para educar e fazem isso tanto em relação aos princípios e materiais pedagógicos que se acumulam nas experiências em formação, quanto nas dimensões visuais se que formam no imaginário da população. Para além de representarem a história da educação, esses prédios fazem parte da história das cidades e estão inseridos numa dinâmica patrimonial presentista e na cultura da memória. Esses bens representam um passado e também um presente e, ao serem considerados como patrimônio cultural, é relevante analisá-los a partir dos processos sociais de apropriação e representação ocorridos na vida contemporânea das cidades em que se localizam. Novos usos são feitos e novos modelos educacionais circulam nesses espaços e isso também faz parte da constituição deles enquanto patrimônio cultural.

**CIBELE DALINA PIVA FERRARI**

Licenciada em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille) (2009), Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Univille (2013) e Doutoranda em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na linha de História e Historiografia da Educação. Bolsista Capes.

**CELSO JOÃO CARMINATI**

Licenciado em Filosofia pela Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (1988), Mestre em Educação (1997) e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2003), com estágio *sandwich* na Università degli Studi di Milano - Itália (2000-2001). Pós-Doutor pela Università degli Studi di Bergamo - Itália (2015) e pela Universidade de Lisboa - Portugal (2016). É professor concursado (Associado V) do Centro de Ciências Humanas e da Educação, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

**REFERÊNCIAS**

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014.

CABRERA, Cristina Yanes. El Patrimonio Educativo Intangible: um recurso emergente em la museologia educativa. *Cadernos de História da Educação*. n. 6 – jan./dez. 2007

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: \_\_\_\_\_ *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2006

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. Entrevista com Maria Cristina Menezes. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-249, jan./jun. 2014.

ESCOLANO BENITO, Augustín. Prefácio. In: GASPARD da SILVA, Vera Lúcia; PETRY, Marília G (Org.). *Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de*

uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10857.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2014.

GASPAR da SILVA, Vera Lúcia; PETRY, Marília G (Org.). *Objetos da Escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar* (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, Janice. História, Tempo Presente e Patrimônio Cultural: Dimensões Contemporâneas do Patrimônio Cultural. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (org.). *Dimensões do urbano. Múltiplas facetas da cidade*. Chapecó: Argos, 2008. p.105-124.

GONÇALVES, Rosângela Cristina. *EE. Dr. Tomás Alves – Histórias e Memórias*. 2011. Dissertação. Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v.22, n.36, p.261-273, jul-dez.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LINARES, María Cristina. El patrimonio intangible en el Museo de las Escuelas. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 33-48, jan./jun. 2014.

MOGARRO, Maria João. Patrimônio educativo e modelos de cultura escolar na História da Educação em Portugal. *Cuestiones Pedagógicas*, 22, 2012/2013, pp 67-102.

MUNHOZ, Regina Helena. *Educação Matemática e Educação Ambiental: Uma Abordagem Sobre o Tema ‘Depredação do Patrimônio Escolar’ em uma Instituição de Ensino Público de Bauru – SP*. 2008. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência – Universidade Estadual Paulista – UNESP.

PELLEGRINI, Sandra. C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

POSSAMAI, Zita Rosane (2012). Patrimônio e história da educação: aproximações e possibilidades de pesquisa. *Revista História da Educação*. v. 16, n. 36 (pp. 110-120).

SALVADORI, Maria Angela B. *História, ensino e patrimônio*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Preservação do Patrimônio Histórico Escolar no Brasil: notas para um debate. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 26, jan./jun. 2013. p. 199 – 221.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: UNESCO, outubro de 2006.

VIÑAO, Antonio. Memoria, Patrimonio y Educación. *Revista História da Educação – RHE*. Porto Alegre v. 15 n. 34 Jan./abr. 2011 p. 31-62.